

CONJUNTURA



LATITUDE
SUL

09
2025



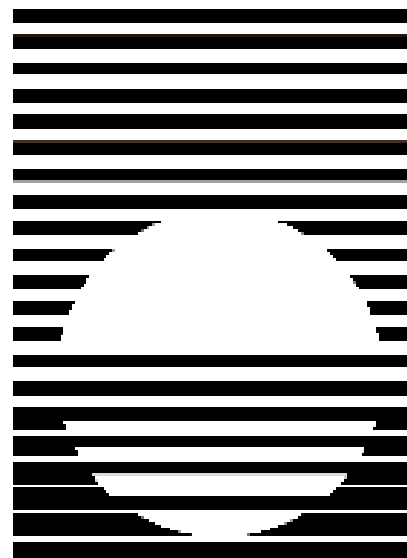
CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento de notícias relacionadas aos temas de pesquisa do Observatório Político Sul-Americano (OPSA).

O grupo monitora a política externa e a política doméstica dos países da América do Sul e elabora, na forma de eventos, uma síntese dos acontecimentos que têm importância para as relações regionais.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP-UERJ).



Corpo Editorial

Editor Executivo: Guilherme Fritz.

Conselho Editorial: Diogo Ives de Quadros, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque.

Editoria de Redação: Beatriz Bandeira de Mello, Débora Bedim, Diogo Ives de Quadros, Ghaio Nicodemos Barbosa, Guilherme Fritz, Jefferson Nascimento, Júlia Furtado, Marília Closs, Matheus Petrelli, Lucas Berti, Stephanie Braun, Thaís Jesinski Batista.

O Observatório Político Sul-Americano (OPSA) está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22260-100 – Brasil
Tel: +55 (21) 2266-8300

OPSA
opsa.com.br



SUMÁRIO

Página 04

Relação entre Brasil e EUA distensionada após condenação de Jair Bolsonaro à prisão

Trump oferece ajuda à Argentina em meio às dificuldades enfrentadas por Milei

Página 05

As relações entre Colômbia e Estados Unidos se deterioram em meio a discursos na Assembleia Geral da ONU

Petro participa da inauguração do Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia, mas não renova acordo comercial entre Colômbia e Brasil

Página 06

Chile anuncia nomeação de Michelle Bachelet para concorrer à Secretaria-Geral da ONU

Conflito institucional e protestos marcam o mês no Equador

Página 07

Peru enfrenta agravamento da crise institucional em meio a protestos e insatisfação com os três Poderes

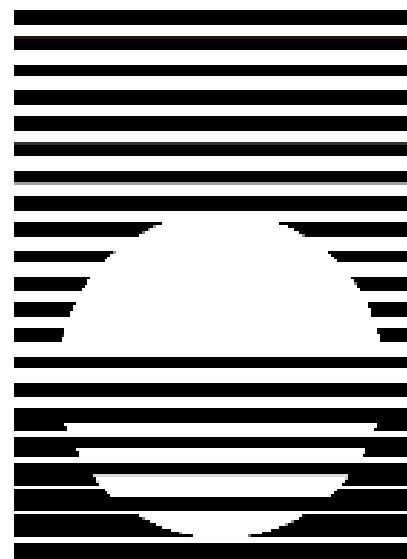
Irfaan Ali é reeleito presidente da Guiana e realiza declaração conjunta com presidenta do Suriname

Página 08

CELAC convoca reunião extraordinária e emite nota sobre avanço dos EUA no Caribe

Página 09

Comissão Europeia valida acordo com o Mercosul e bloco confirma parceria com EFTA



Relação entre Brasil e EUA distensionada após condenação de Jair Bolsonaro à prisão

No dia 11 de setembro, o ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, foi condenado a 27 anos e três meses de prisão em regime fechado pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), que o declarou culpado de liderar a tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro de 2023, ocorrida na Praça dos Três Poderes, em Brasília. Também foram sentenciados militares e membros do alto escalão de seu governo. Os crimes apontados foram os de organização criminosa armada, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, deterioração de patrimônio tombado e dano qualificado por violência e grave ameaça. O veredito foi precedido, no dia 9, por uma declaração da porta-voz da Casa Branca, quando perguntada pela imprensa sobre possíveis reações dos EUA à condenação de Bolsonaro, de que o presidente Donald Trump não temeria usar o poder econômico e militar do país para proteger a liberdade de expressão ao redor do mundo. No mesmo dia, o Itamaraty emitiu uma nota condenando a ameaça de uso de força contra a democracia brasileira. Em seguida, no dia 14, o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva publicou uma carta no jornal *The New York Times*, na qual, dirigindo-se diretamente a Trump, afirmou que o Brasil estava aberto a negociar qualquer assunto que traga benefícios aos dois países, mas frisou que a soberania e a democracia não estavam na pauta. Por sua vez, no dia seguinte, Marco Rubio, Secretário de Estado dos EUA, declarou que os EUA dariam uma resposta à condenação de Bolsonaro dentro de uma semana, pois haveria “juízes ativistas” perseguindo o ex-presidente. Contudo, a ameaça não se concretizou. No dia 23, Lula e Trump se encontraram brevemente nos bastidores da abertura da seção anual da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York. Trump fez menção ao encontro durante seu discurso no púlpito do evento e detalhou que os dois haviam se conhecido, se abraçado e combinado de se encontrar na semana seguinte, acrescentando que Lula lhe pareceu um “cara legal”, que tiveram uma “química excelente”, que “ele gostou de mim, eu gostei dele” e que “eu só faço negócios com pessoas de quem gosto”. A fala de Trump, sem nenhuma menção a Bolsonaro, foi interpretada pela diplomacia brasileira como uma mudança de tom no que vinha predominando na relação bilateral desde o início de 2023 e um gesto de abertura da Casa Branca à negociação do tarifaço de

50% que os EUA mantêm vigente sobre importações do Brasil desde julho. Os governos de Brasil e EUA iniciaram então discussões sobre a forma do diálogo entre Lula e Trump, prevista para ocorrer no início de outubro. Segundo o G1, a atuação por meio de lobby de empresários brasileiros em Washington para aliviar o tarifaço, inclusive por meio de contatos diretos com Trump, foi um vetor importante para a mudança de postura do presidente dos EUA.

Fontes: [UOL](#), 09/09/2025; [Agência Brasil](#), 11/09/2025; [The New York Times](#), 14/09/2025; [Valor Econômico](#), 15/09/2025; [BBC Brasil](#), 23/09/2025.

Trump oferece ajuda à Argentina em meio às dificuldades enfrentadas por Milei

No dia 24 de setembro, em Nova York, o presidente argentino, Javier Milei, se reuniu com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Após o encontro, Trump anunciou em suas redes sociais que, diante da vulnerabilidade cambial enfrentada pela Argentina, estaria disposto a conceder ao país uma ajuda financeira no valor de US\$ 20 bilhões. Essa declaração reafirma o alinhamento diplomático entre os dois presidentes, que já havia sido explicitado por Milei durante o seu discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, quando teceu elogios a Trump e endossou as duras críticas do mandatário estadunidense ao multilateralismo e ao papel da ONU na ordem mundial. Contudo, por meio de uma carta, senadores democratas expressaram sua insatisfação com a decisão do mandatário estadunidense de ajudar a Argentina. De acordo com esses legisladores, os agricultores dos EUA estariam sendo lesados pela redução das tarifas às exportações de soja praticada pelo governo Milei, o que estaria ajudando os comerciantes argentinos a ganharem mercados na China, que normalmente compram soja dos EUA. Tal crítica parece ser compartilhada inclusive pela secretária de Agricultura estadunidense, Brooke Rollins. A imprensa publicou mensagens que a secretária teria supostamente enviado ao secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bessent, nas quais tece críticas à relação de Washington com Buenos Aires, utilizando um argumento parecido aquele usado pelos senadores. Paralelamente à oferta de ajuda por parte de Trump, no dia 23 de setembro, o Banco Mundial anunciou que irá acelerar o desembolso de US\$ 4 bilhões para a Argentina. O repasse já estava

acordado, mas foi antecipado devido à instabilidade do peso nas últimas semanas. Essas promessas de financiamento são importantes para Milei, pois chegam em um momento que seu governo passa por dificuldades no âmbito doméstico. No dia 17 de setembro, ocorreu uma mobilização massiva contra os vetos do presidente às leis de financiamento universitário e de emergência pediátrica. A pressão popular levou o Congresso a rejeitar os dois vetos por maioria qualificada. No início do mês, o Senado já havia derrubado, por 63 votos a 7, uma decisão do presidente que impedia o aumento dos benefícios para pessoas com deficiência. Por fim, outro revés significativo que Milei acumulou este mês ocorreu nas eleições para cargos legislativos na província de Buenos Aires. O seu partido, La Libertad Avanza, sofreu uma derrota contundente frente ao Peronismo, conquistando por volta de 34% dos votos apenas, contra cerca de 47% do partido opositor. O resultado foi visto como um indicativo de desgaste do governo e um alerta para as eleições legislativas nacionais previstas para outubro.

Fontes: [Ámbito](#), 01/09/25; [El País](#), 13/09/25; [Página 12](#), 19/09/25; [Reuters](#), 23/09/25; [Buenos Aires Times](#), 24/09/25.

As relações entre Colômbia e Estados Unidos se deterioram em meio a discursos na Assembleia Geral da ONU

No dia 15 de setembro, o governo estadunidense, por meio de um comunicado assinado pelo presidente Donald Trump, retirou parcialmente a certificação da Colômbia como um país eficiente no combate ao narcotráfico. O anúncio foi feito por seu homólogo colombiano, Gustavo Petro, o qual afirmou que o país estaria sendo “descertificado após dezenas de mortes de policiais, especialmente soldados, e pessoas comuns, tentando impedir que a cocaína chegasse até eles”. Como justificativa para tal, os EUA alegaram que o país sul-americano teria descumprido “manifestamente suas obrigações de controle de drogas”. Por se tratar de uma retirada parcial, ou condicional, da certificação, o governo estadunidense garantiu que não imporá sanções. Porém, caso haja uma “descertificação” total, como possíveis consequências, a Colômbia pode sofrer com a redução de ajuda militar; auxílio estadunidense para programas sociais e econômicos; bloqueio de empréstimos em instituições internacionais; e sanções tarifárias. Em respos-

ta, o presidente Gustavo Petro anunciou que as forças militares colombianas não dependem mais do apoio dos EUA e que seu país tem feito sacrifícios no combate ao narcotráfico. É a primeira vez, em 30 anos, que a Colômbia perde tal certificação. A outra ocorreu no contexto da presidência de Ernest Samper, que também possuía divergências diplomáticas com Washington. Essas diferenças entre a política externa de Petro e de Trump ficaram ainda mais evidente em meio a 80ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. Durante seu discurso, a liderança colombiana defendeu o fim do genocídio em Gaza - que, segundo Petro, teria o apoio estadunidense - e a responsabilização criminal daqueles responsáveis pelo ataque promovido pelo governo dos EUA a embarcações no Caribe. Além do púlpito da ONU, Petro participou de uma manifestação, na qual pediu que os soldados estadunidenses desobedecessem às ordens de Trump. Em retaliação, o governo dos EUA revogou o visto do presidente colombiano alegando que ele teria se posicionado de forma imprudente e incendiária. Já Petro acusou os EUA de violar a legislação internacional ao restringir vistos a membros do governo colombiano, sugeriu a retirada da sede da ONU de Nova Iorque e afirmou que substituiria todos os embaixadores que estivessem alinhados com a política externa estadunidense no lugar da sua.

Fontes: [El Colombiano](#), 15/09/2025; [CNN](#), 23/09/2025; [Brasil de Fato](#), 23/09/2025; [BBC](#), 27/09/2025; [Opera Mundi](#), 30/09/2025.

Petro participa da inauguração do Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia, mas não renova acordo comercial entre Colômbia e Brasil

No dia 9 de setembro, o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, participou da inauguração do Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia (CCPI Amazônia), em Manaus. Liderado por seu homólogo brasileiro, Lula, o encontro ainda contou com a presença de ministros do Brasil, do diretor da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, e da vice-presidente do Equador, Maria José Pinto. Divulgado durante a última cúpula da Organização do Tratado dos Países Amazônicos (OTCA), que aconteceu em Bogotá, no mês de agosto, o centro conta com imagens de satélite, centrais para o mapeamento dos crimes na região. Além de possibilitar a maior cooperação

entre os países, as atividades serão desenvolvidas em parceria com as forças de segurança pública dos estados brasileiros que fazem parte da Amazônia Legal – Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Apesar da visita de Petro ao Brasil e o relativo aumento da integração regional, no dia 30 de setembro, a não renovação de um acordo comercial por parte da Colômbia promoveu certa instabilidade na relação e reflete uma instável integração regional. Responsável por reduzir a alíquota sobre 50 mil veículos exportados do Brasil, o compromisso bilateral teria caducado apesar da promessa de renovação feita por Petro à Lula. Em resposta, a liderança brasileira solicitou ao Ministério da Relações Exteriores para “subir o tom” com seu vizinho sul-americano e sugeriu não participar do encontro da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), que acontecerá na Colômbia, em novembro.

Fontes: [G1](#), 09/09/2025; [Presidencia](#), 09/09/2025; [UOL](#), 02/10/2025.

Chile anuncia nomeação de Michelle Bachelet para concorrer à Secretaria-Geral da ONU

Em 22 de setembro, Gabriel Boric realizou sua última intervenção como presidente do Chile na Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York. No plenário, anunciou a nomeação de Michelle Bachelet à Secretaria-Geral da ONU. Bachelet foi presidente do Chile em duas ocasiões: entre 2006 e 2010 e entre 2014 e 2018. Além de possuir atuação política extensa pelo Partido Socialista do Chile, a ex-presidente assumiu o cargo de Alta Comissária de Direitos Humanos das Nações Unidas entre 2018 e 2022, enfrentando desafios globais excepcionais, como o aumento das vulnerabilidades sociais durante a pandemia de COVID-19. A nomeação de Bachelet atende à convergência de duas das principais demandas da sociedade civil e de delegações de Estados-membros: que o cargo mais alto da Secretaria-Geral seja ocupado, de forma inédita, por uma mulher e por uma pessoa latino-americana. Boric afirmou que a ausência de uma mulher no comando da ONU é um “desequilíbrio histórico” que o Chile quer contribuir ativamente para corrigir. Ainda em seu discurso, Boric lançou críticas implícitas ao ex-presidente Donald Trump e a líderes que teceram comentários negacionistas em relação às mudanças climáticas, pedindo que

os países-membros da ONU “rebelem-se” contra vozes que relativizam a crise climática. As declarações provocaram especulações sobre possíveis impactos na candidatura de Bachelet, que o chanceler chileno, Alberto van Klaveren, classificou como “sólida e competitiva”, afastando hipóteses de veto estadunidense. Na política doméstica, a oposição ao governo Boric cobrou transparência sobre o uso de recursos públicos na campanha, enquanto o chanceler assegurou que a candidatura será “austera”, financiada pelo orçamento regular da Chancelaria. No Chile, não há regulamento interno que coordene o processo de indicação do candidato do país para a Secretaria-Geral da ONU. As eleições para a Secretaria-Geral da ONU terão início, formalmente, em 2026, último ano de mandato do atual secretário-geral, António Guterres. Os Estados-membros são livres para indicar candidatos dentro dos prazos estipulados pelo Conselho de Segurança e pela Assembleia Geral. Após debates coordenados e consultas com os candidatos, o Conselho de Segurança recomenda um nome, e a Assembleia Geral aprova a votação.

Fontes: [ONU Brasil](#), 31/08/2022; [United Nations](#), 22/09/2025; [El País](#), 23/09/2025; [La Tercera](#), 24/09/2025; [La Tercera](#), 28/09/2025; [La Tercera](#), 29/09/2025.

Conflito institucional e protestos marcam o mês no Equador

No dia 4 de setembro de 2025, a Corte Constitucional do Equador rejeitou várias propostas de reforma à Constituição apresentadas pelo presidente Daniel Noboa, incluindo a castração química para estupradores e a reabertura de cassinos, alegando que, por ferir cláusulas pétreas, estes temas não poderiam ser incluídos por reformas parciais. Em reação às negativas da Corte Constitucional, no dia 16 de setembro, o presidente equatoriano anunciou a convocação de uma Assembleia Constituinte por consulta popular para redigir uma nova Carta Magna com leis mais rigorosas contra o narcotráfico e permitir bases militares estrangeiras, atualmente proibidas pela Constituição. Em 20 de setembro, a Corte suspendeu temporariamente o decreto de convocação da Constituinte, enquanto avaliava cinco ações de inconstitucionalidade, aprofundando a crise institucional entre Executivo e Judiciário. Em 24 de setembro, a Corte autorizou a inclusão de uma pergunta sobre a criação da nova Assembleia no

plebiscito popular previsto para 16 de novembro, que também abordará a autorização de bases militares estrangeiras e outras reformas constitucionais. Em paralelo ao conflito entre o presidente e a Corte Constitucional, em 18 de setembro, a CONAIE declarou uma paralização nacional imediata e indefinida contra o Decreto 126, que extinguiu o subsídio ao diesel, elevando seu preço de US\$ 1,80 para 2,80 por galão, exigindo a revogação da medida. Em 22 de setembro, foram registrados os primeiros bloqueios de rodovias em Imbabura e Pichincha, e a sede provisória do Executivo em Latacunga foi militarizada. Em 23 de setembro, manifestações ocorreram em Quito e outras regiões, com barricadas e interdições parciais de vias, enquanto transportistas protestavam contra o aumento do combustível. Em 28 de setembro, um manifestante indígena morreu durante um confronto com militares em Cotacachi, e denúncias de violações de direitos humanos cresceram.

Fontes: [Carta Capital](#), 05/09/2025; [Infobae](#), 13/09/2025; [El País](#), 16/09/2025; [Deutsche Welle](#), 19/09/2025; [O Globo](#), 20/09/2025; [Infobae](#), 22/09/2025; [Deutsche Welle](#), 25/09/2025; [France 24](#), 30/09/2025.

Peru enfrenta agravamento da crise institucional em meio a protestos e insatisfação com os três Poderes

Durante o mês de setembro, o Peru enfrentou uma escalada de tensões políticas e sociais marcada por protestos massivos, críticas internacionais e crescente desconfiança popular em relação às instituições. Em 11 de setembro, o Congresso arquivou a denúncia constitucional contra a presidente Dina Boluarte por mortes em protestos entre 2022 e 2023, decisão amplamente criticada por organizações de direitos humanos. Poucos dias depois, entre os dias 14 e 15 de setembro, o governo promulgou um regulamento que fortalece a Agência Peruana de Cooperação Internacional (APCI), ampliando o controle sobre o financiamento de ONGs, e avançou com a aplicação da Lei de Anistia. Familiares de vítimas denunciaram que a norma institucionaliza a impunidade por crimes cometidos durante o conflito interno, ocorrido entre 1980 e 2000, enquanto o então ministro da Justiça, Juan Santiváñez, ameaçou processar juízes que não a aplicarem. A crise institucional se agravou em

17 de setembro, quando áudios revelados por um capitão da Polícia Nacional envolvendo Santiváñez e o Primeiro-ministro Eduardo Arana levaram o Congresso a convocá-los para esclarecer suspeitas de tráfico de influência, resultando em uma moção de censura e, posteriormente, à renúncia de Santiváñez do Ministério. Entre 21 e 22 de setembro, ocorreram marchas em diversas cidades do país, com forte repressão policial. A Coordenadora Nacional de Direitos Humanos, coletivo de ONGs, registrou 85 casos de agressão e 11 feridos, entre eles jornalistas. A presidente Dina Boluarte negou abusos policiais e se recusou a assumir responsabilidade pelas mortes em manifestações. No mesmo período, em Nova York, manifestantes protestaram durante a participação da presidente na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. Em 29 de setembro, protestos que ficaram conhecidos por “Marcha da Geração Z” mobilizaram milhares de jovens em atos contra o governo e o Congresso. Em resposta à pressão, Boluarte declarou que não renunciaria “por vezes acostumadas à anarquia”, e que só terminará seu mandato em julho de 2026, após as eleições. No dia 30, pesquisas revelaram a continuidade de níveis alarmantes de desconfiança institucional: mais de 60% da população ainda não definiu um candidato para as eleições do ano que vem, e todos os poderes do Estado registram altos índices de desaprovação - com 89% de rejeição ao Congresso. A presidente da República, por sua vez, alcançou o recorde de 12 meses consecutivos com índice de rejeição superior a 90%.

Fontes: [La República](#), 11/09/2025; [La República](#), 14/09/2025; [La República](#), 15/09/2025; [La República](#), 17/09/2025; [La República](#), 22/09/2025; [La República](#), 22/09/2025; [La República](#), 24/09/2025; [La República](#), 29/09/2025; [La República](#), 29/09/2025; [La República](#), 30/09/2025; [Infobae](#), 30/09/2025.

Irfaan Ali é reeleito presidente da Guiana e realiza declaração conjunta com presidenta do Suriname

No dia 1º de setembro, a Guiana realizou eleições nacionais. Irfaan Ali foi reeleito para um segundo mandato de 5 anos. As eleições presidenciais no país são indiretas, de maneira que o partido com maior percentual de votos acaba escolhendo o presidente. O People’s Progressive Party/Civic (PPP), partido

de Irfaan Ali, obteve 55% do total de votos, o que equivale à quantidade de 242.497 votos. Os dois principais partidos de oposição, o We Invest in Nationhood (WIN) e o A Partnership for National Unity (APNU) tiveram, respectivamente, 24,8% e 1,7% dos votos. Posteriormente, no dia 13 de setembro, Irfaan Ali encontrou-se com a também recém eleita presidenta do Suriname, Jennifer Geerlings-Simons. O encontro aconteceu em Nieuw Nickerie, no Suriname. As lideranças reafirmaram o fortalecimento da amizade e da cooperação entre os dois países — “enraizada em valores e aspirações comuns, laços culturais e proximidade geográfica”. Na ocasião, Ali e Simons fizeram uma declaração conjunta que contemplou questões como cooperação econômica, segurança energética, pesca e agricultura, transportes, infraestrutura e, talvez o mais importante em termos de equilíbrio regional, afirmaram o compromisso com diálogos pacíficos e diplomáticos quanto à controvérsia fronteiriça entre os dois países. Ambos concordaram em realizar o 7º Encontro da Comissão Conjunta de Fronteiras Suriname-Guiana antes do final de 2025. Por fim, as duas lideranças reforçaram a importância em realizar esforços construtivos contra o crime transnacional e também afirmaram seu compromisso com os interesses da população caribenha e sul-americana.

Fontes: [Carta Capital](#), 07/09/2025; [Governo da Guiana](#), 13/09/2025; [Youtube](#), 13/09/2025.

CELAC convoca reunião extraordinária e emite nota sobre avanço dos EUA no Caribe

Atendendo ao pedido do presidente da Colômbia, Gustavo Petro, no dia 1º de setembro a CELAC realizou uma reunião extraordinária para tratar sobre o caso das tropas e navios militares enviados pelos Estados Unidos para regiões do Caribe. Atualmente, a presidência pro tempore do bloco está a cargo da Ministra de Relações Exteriores da Colômbia, Rosa Yolanda Villavicencio. Ao final da reunião, 21 dos 32 países representados na comunidade, dentre eles Brasil, México e Colômbia, emitiram uma nota apoiando a preservação da soberania, da independência política e da integridade territorial da região, rejeitando qualquer tentativa de ingerência externa e afirmando a condição de Zona de Paz da América Latina e do Caribe conformada pelo

Tratado de Tlateloco (1967) - que proíbe o uso local de armas nucleares. Os países também reforçaram a necessidade de fortalecimento dos canais de diálogo e cooperação em busca de respostas conjuntas e coordenadas dos países latino-americanos. Contudo, Argentina, Equador, Peru e Paraguai se recusaram a assinar o documento, o que acirrou a falta de consenso interno no bloco. O chanceler da Venezuela, Yván Gil, afirmou que a declaração da América Latina e do Caribe como Zona de Paz não é meramente simbólica, mas um “mandato coletivo” que precisa ser defendido. Em seus discursos, Nicarágua e Cuba se colocaram ao lado da Venezuela condenando a presença de militares estadunidenses nos mares caribenhos. O presidente venezuelano, Nicolás Maduro, agradeceu o apoio da CELAC ao país durante um evento na Academia Militar do Exército Bolivariano, local onde foram oficialmente ativadas as Unidades de Milícias Comunais. Na continuação dos acontecimentos, durante a reunião da Intra-CELAC realizada em Nova York, o Ministro de Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, defendeu a criação de um grupo de trabalho para dar sentido estratégico às relações e diálogos dos países latinos com outras regiões e nações. Segundo o ministro, permitir “medidas de intimidação” sobre a região poderia abrir um precedente para novas ingerências e para violações da Carta das Nações Unidas. A diplomacia chinesa também se pronunciou sobre o caso pontuando que se opõe à ameaça ou uso da força nas relações internacionais e ações que comprometam a paz e a estabilidade da América Latina. Segundo o porta-voz do Ministério de Relações Exteriores da China, Guo Jiakun, as operações “unilaterais e excessivas” de Washington violam direitos humanos elementares. Os recentes desdobramentos acompanham o comunicado publicado no mês de agosto pela Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA).

Fontes: [Opera Mundi](#), 01/09/2025; [Telesur](#), 01/09/2025; [Brasil de Fato](#), 01/09/2025; [Agência Brasil](#); [Opera Mundi](#), 05/09/2025; [Opera Mundi](#), 06/09/2025; [Agência Brasil](#), 22/09/2025; [Carta Capital](#), 26/09/2025.

Comissão Europeia valida acordo com o Mercosul e bloco confirma parceria com EFTA

No dia 3 de setembro, a Comissão Europeia validou o Acordo Mercosul-UE com promessas de “garantias sólidas” para proteger o setor agrícola. A decisão contou com a pressão de parte dos países europeus, liderados pela Alemanha e Espanha, para a abertura de novos mercados frente ao “tarifaço” imposto por Donald Trump e movimentações para reduzir a dependência da China em algumas áreas – principalmente a de minerais críticos. Agora o acordo segue para a análise dos Estados-membros no Conselho Europeu e, posteriormente, do Parlamento Europeu. Esta foi a primeira vez que a França demonstrou apoio ao acordo após meses de controvérsias, agora a diplomacia brasileira espera que o acordo seja assinado em dezembro durante a Cúpula de Presidentes do Mercosul. No entanto, houve manifestações de agricultores franceses contra o acordo. Convocados pelo principal sindicato agrícola do país, o FNSEA (Fédération Nationale des Syndicats d’Exploitants Agricoles), os manifestantes se reuniram diante do Palácio de Versalhes e protestaram contra medidas que estariam “desestabilizando o setor”, dentre elas o acordo Mercosul-UE. O sindicato agrícola Confederação Camponesa convocou uma nova manifestação para 14 de outubro. Em outra agenda, depois de 8 anos de negociações, no dia 16 de setembro foi assinado o acordo do bloco sul-americano com o EFTA (Associação Europeia de Livre Comércio), composto por Noruega, Suíça, Islândia e Liechtenstein. O ato aconteceu durante a Reunião de Chanceleres do Mercosul, no Rio de Janeiro, e contou com a publicação de um comunicado que afirmou que a assinatura do termo busca a diversificação de parcerias econômico-comerciais do bloco em meio a um cenário de incertezas, além do apoio pela adesão plena da Bolívia ao Mercosul. O acordo também conta com uma cláusula de “vigência bilateral”, que permite que os termos passem a valer sem a necessidade de aprovação de todos os membros dos blocos. A nova zona de livre-comércio compreenderá uma população de cerca de 300 milhões de pessoas e um mercado conjunto com Produto Interno Bruto (PIB) superior a US\$ 4,3 trilhões.

Fontes: [O Globo](#), 03/09/2025; [CNN Brasil](#), 04/09/2025; [APEX Brasil](#), 08/09/2025; [CNN Brasil](#), 13/09/2025; [Carta Capital](#), 26/09/2025.

